

**DO PROCESSO GLOBAL DO CAPITAL, À DINÂMICA
TERRITORIAL EXPANSIVA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO
OESTE DA BAHIA¹**

**PROCESS OF GLOBAL CAPITAL, THE DYNAMICS
TERRITORIAL EXPANSION OF THE AGRICULTURAL
FRONTIER IN OESTE DA BAHIA**

**DE UN PROCESO DE CAPITAL GLOBAL, LA DINÁMICA
EXPANSIÓN TERRITORIAL DE LA FRONTERA EN LOS OESTE
DA BAHIA**

Tássio Barreto Cunha
tassiocunha@gmail.com

RESUMO: O controle do trabalho, da propriedade e da água, historicamente foi crucial para o capital manter seus processos acumulativos e expansionistas. A escolha do Oeste da Bahia enquanto recorte do campo nacional promotor dessa lógica, expressa essa ideia. Alicerçada diante das características naturais e políticas econômicas fundadas historicamente nesse território. O trabalho precário, os grandes latifúndios em terras planas, com pluviosidade regular e uma grande rede hídrica superficial e subterrânea, são condicionantes basilares para tal desenvolvimento. Fomentado diretamente pelo Estado seguidor dos ditames burgueses, com o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR e a abertura do capital externo. Responsáveis diretamente por controlar a maior parcela da cadeia produtiva, agentes construtores da fronteira agrícola e os recordes de safras, seguidos por uma constância de degradação da natureza e do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmica territorial - Controle do capital - Expansão da fronteira agrícola

ABSTRACT: The control of labor, of the property and of the water historically have been crucial to the capital keep their purposes. The field Oeste da Bahia as territory introduced this logic from the military coup of 1964, expressed the accumulative and expansive results of this dynamic territorial financial policy. The precarious work, the large estates in flatlands, with regular rainfall and a large surface water supply and underground are basic conditions for such development. Promoted directly by the state, mainly through the National Rural Credit System – SNCR and the openness for investment of the foreign capital. Today responsible directly for driving and controlling the largest share of the production chain. These being the main bases to build and expand the agricultural frontier and consequently, the record yields, followed by an intense degradation of nature and work.

KEYWORDS: Territorial dynamics - Capital control - Expansion of the agricultural frontier

RESUMEN: El control del trabajo, propiedad y agua han sido históricamente crucial para la capital para mantener sus procesos acumulativos y expansionistas. La elección del Oeste da Bahia, mientras recorte del campo nacional promotor de este sesgo, expresa esta idea. Fundada en las características naturales y políticas económicas históricamente fundada en ese territorio. El trabajo precario, las grandes propiedades de tierras planas, con lluvias regulares y una superficie grande y

¹ Este trabalho é um recorte da tese de doutorado em andamento intitulada – “Do Oculto ao Visível: Terra – Água – Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia. Desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG, na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/Unesp, campos de Presidente Prudente – SP, no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET.

red de agua subterránea, son condiciones básicas para dicho desarrollo. Promovido directamente por el seguidor de los dictados del estado burgués, con el Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR y la apertura de capital extranjero. Directamente responsable por controlar la mayor parte de la cadena de producción, los fabricantes de agentes de la frontera y registrar los rendimientos agrícolas, seguidos por una degradación constante de la naturaleza y el trabajo.

PALABRAS-CLAVE: Dinámicas territoriales - Control de capital - La expansión de la frontera agrícola

INTRODUÇÃO

“Ao lado das ilhas de prosperidade,
crescem os arquipélagos de miséria.”
(autor desconhecido)

Nosso pensar no Oeste da Bahia, parte da consideração do capital ser o maior sistema de controle e mais inexorável e dominante globalmente. Que impõe os seus critérios de viabilidade em tudo, desde as menores unidades, a maiores empresas transnacionais e os Estados Nacionais. Interferindo das mais íntimas relações pessoais, aos mais complexos processos de tomada de decisão dos monopólios e oligopólios estatais e/ou privados (ANTUNES, 1999). Esse um metabolismo social totalizante incontrolável, que jamais é objetivamente dirigido para a realização de finalidades. Pois, mesmo quando alguns homens ou grupos de homens conseguem realizar seus fins, os resultados produzem algo inteiramente diverso daquilo que se havia pretendido, favorecendo quase sempre os abastados sobre os mais pobres. (LUKÁCS, 1969).

Uma de suas bases é o controle do trabalhador e da propriedade, enquanto estrutura para apropriação da natureza como sua matéria-prima superior, transfigurando-a de acordo com os seus ditames. O que faz transformar a propriedade por “atos artificiais”, destoantes do sentido natural (entendida enquanto alicerce de reprodução da vida) dentro de uma lógica disruptiva, construída socialmente (FLORES, 2013).

A partir disso, é que buscamos entender as principais territorialidades, já que o trabalho e a propriedade são questões cruciais para interpretarmos os conflitos pelo território, pois são elementos chaves na disputa dos recursos naturais e/ou fictícios. Já que os bens da natureza tratados como recursos, faz a relação dominante do capital condenar/distorcer severamente os elos de vida e a saúde dos seres. Ideia que deve ser interpretada de maneira unívoca e conecta para uma leitura territorial mais densa.

Nesse texto, daremos prioridade ao entendimento da estrutura fundiária atual e a sua ligação com a questão da água e do trabalho, enquanto marcos para o seu feitio. Contudo, reconhecendo ser apenas uma parcela do que se apresenta na região do Oeste da

Bahia, com a necessidade de se avançar nas análises, pois, “o tempo não para” e dessa forma, a crítica deve avançar.

Desse modo, vimos à globalização como algo irrefreável, sendo parte das exigências evolutivas do homem enquanto ser biológico, social e físico. Apesar de muitas vezes ser entendida apenas pelo caráter econômico, também possui relação direta com o progresso cultural, étnico, técnico, intelectual, etc., dos povos. O que nos instiga a interpretar o Oeste da Bahia não apenas pela sua tendência capitalista atual, mas também por ações daqueles que o conduzem, dirigindo os rumos tomados. Isso a partir de uma heterogeneidade territorial conflituosa entre classes sociais, entendida enquanto força-motriz para esse movimento (BERLINGUER, 1999).

UM POUCO DE HISTÓRIA

“A história é o grande espelho da vida;
instrui com a experiência e corrige com o exemplo”.
(Jacques Bossuet)

A história enquanto chave para o entendimento do Oeste da Bahia é o suporte para compreendermos esse território hoje, em que o controle da propriedade ligada a globalização, impulsionada pelo capital e o Estado, é vista como estrutura crucial para tal (des)comando. Em princípio, o histórico de legitimação da propriedade interferente nessa região é vista como sustentáculo para discutirmos o Oeste da Bahia a partir da fronteira agrícola no final da década de 1970 aos dias atuais. Validação que se inicia desde a Lei das Sesmarias portuguesa homologada em 1375; a Lei de Terras de 1850 institucionalizada já no Brasil; Constituições de 1891, 1931, 1934 e 1988; Estatuto da Terra de 1964; etc. Todo um histórico “habilitado” para tal feito de domínio quase absoluto da propriedade da terra. (OLIVEIRA, 2013).

A escolha da ótica a partir do apanhado histórico para apresentar partes da dinâmica da região ligada ao arcabouço agrário nos exige articular por meio do metabolismo social, a intervenção estatal regida pela ordem do capital, em que o desenho natural da região condiciona a apropriação da natureza e seus mecanismos de gestão territorial. Visto que é de acordo com o conhecimento dos solos, do clima, do relevo, da vegetação, das águas, do quadro político-econômico mundial, nacional, estadual e regional, que a intervenção para a condição atual irá ocorrer. Movida por interesses de classe, condicionados por estabelecimentos e cumprimentos de regras, incorporadas para uma maior expansão e consolidação do capital no Oeste da Bahia. Em processos que não se

iniciam a partir da década de 1970 (marco de abertura da fronteira agrícola) como muitas vezes é disseminado.

Desse modo, antes da década de 1970, o Oeste da Bahia é visto por muitos, a partir de uma visão elitista, enquanto um espaço despovoado, inóspito do ponto de vista da produção, moradia e até mesmo histórico. Um território sem seres humanos, como é apresentado no relato abaixo, enquanto uma exposição ratificada pela proeza do capital em produzir sua própria natureza e conseqüentemente espaços sociais, onde a produção desses espaços interfere em diferentes relações, envolvendo diversas disputas, com interesses em variadas épocas (SMITH, 2000).

Década de 70 do século passado, era um local completamente deserto, era como se fosse um deserto propriamente dito, até o clima era considerado como clima de deserto. Muito calor de dia e muito frio à noite, com baixa umidade relativa do ar durante o dia inclusive. Não tinha frutas, era vegetação de cerrado, era uma fisionomia de campo limpo, basicamente - “Capim Barba de Bode”. Quando é no início dos anos 80, já se começa a praticar a agricultura ali na região.

(Josias², Março de 2014. São Desidério – BA)

Uma concepção que congela todo passado ancestral dos povos, até mesmo uma história recente, levando em consideração o processo de ocupação apenas a partir da migração de sulistas³ para essa porção da Bahia, sobretudo após a década de 1970. Fato que omite povos autóctones primitivos, índios, posseiros enquanto migrantes seculares, negros, etc. Toda uma miscigenação populacional de grupos que ocuparam áreas seguindo corpos d’água e conseqüentemente, extensões ricas em biodiversidade que lhe proporcionaram condições de sedentarismo comunitário. Uma conjunção étnica reexistida e expressa até hoje, mesmo com todo processo de barbárie contemporânea realizada a favor desses povos.

Essa é uma região muito rica, é uma região que tem terra e água. A riqueza do mundo é terra e água. Enquanto para muitos a “riqueza do mundo” são ações na bolsa, especulação financeira e novas tecnologias, o sertanejo, em sua árdua luta pela sobrevivência, ainda tem na terra e na água suas riquezas fundamentais. [...] em todo lugar tinha água. Tem aquele córrego, aquele riacho, e ali naquele lugar, todo mundo morava. Essa história de dizer que no cerrado não tinha ninguém é mentira. Tinha gente em todo lugar nesses beirões de rio. Eles plantavam mandioca, pescavam, matavam alguma coisinha também...

(Presidente do Sindicato de Barreiras⁴, 1991. Haesbaert (1995)).

² Foram expostos pseudos nomes por pedido de alguns entrevistados.

³ Nome comum utilizado para intitular migrantes advindos dos três Estados da região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) mais o Estado de São Paulo.

⁴ O nome/cargo foi divulgado, pelo fato da pesquisa referendada já está publicada com a veiculação do mesmo.

Até a década de 1970, os processos sociais envolvendo o território do Oeste baiano, não permitiram intensos fenômenos de povoamento, quando acentuados fluxos de capitais não permeava aquelas áreas, permitindo um dinamismo sicionatural lento (comparando com os atuais), em que os povos residentes possuíam mais autonomia frente aos seus modos de vida. Contudo, longe de estarem em uma condição social “romântica”, sobretudo pela vulnerabilidade sócio-sanitária, política, econômica, educacional e etc., que até hoje muitos ainda convivem.

Diante dos variados processos de povoamento é preciso considerar momentos distintos. As leituras e o trabalho de campo nos apresentaram a povoação contemporânea da região a partir dos seguintes pontos: Rio São Francisco e afluentes do Oeste da Bahia, enquanto redes para escoação de mercadorias diversas, tanto de saída, quanto de entrada para o Planalto Central; refugiados sem terra da alta concentração fundiária e intempéries climáticas do semiárido baiano; sobreviventes da guerra de Canudos; intervenção estatal para influenciar a “Marcha para o Oeste”, a qual a construção de Brasília teve forte influência; a ocupação atual, envolvendo inicialmente, sulistas, nordestinos, goianos, tocantinenses, baianos de diversas partes do Estado, com destaque para os naturais da região de Irecê⁵; e mais recentemente, grandes grupos e multinacionais do setor do agronegócio.

No que diz respeito aos ciclos econômicos, que são concomitantes aos processos de povoamento, o Oeste da Bahia foi corredor para escoação de minérios extraídos no Estado de Goiás no século XVIII com destino a Salvador, enquanto capital do Brasil, (processo fomentador da criação dos povoados primeiros⁶) (QUEIROZ, 2007). Desse período⁷ até a abertura da fronteira agrícola, esse território foi marcado por vagarosos ciclos financeiros, com destaque para os períodos do gado e do couro, da cana-de-açúcar, da borracha (mangabeira) e o ciclo do algodão (PITTA, 1992). Todos conduzidos pelos principais rios (Grande, Preto, Corrente e Carinhonha), destinando as mercadorias para outras regiões via o Rio São Francisco e os seus sistemas multimodais da época, como

⁵ Município do sertão baiano com 72.041 mil hab. (IBGE, 2015), que abrange uma relação direta de oferecimento de bens e serviços com mais de 500 mil habitantes de outros pequenos municípios. Essa área de influência não possui uma regionalização específica, sendo conhecida popularmente na Bahia por “Região de Irecê”.

⁶ A criação das vilas primogênicas no Oeste da Bahia nesse período ocorreu na época do litígio pela disputa desse território, envolvendo os Estados da Bahia e do Pernambuco. Onde já se culminavam a concentração da propriedade fundiária, demarcadas por meio das capitânicas hereditárias. Essa disputa se deu por porções das capitânicas da Bahia de Todos os Santos e de Ilhéus que faziam parte desse território (NEVES, 2012).

⁷ Como hoje, os fluxos migratórios e comerciais extra-regionais eram definidos dentro de uma economia extremamente vulnerável às injunções da acumulação a nível mundial. Contudo, em outros ritmos (HAESBAERT, 1995).

rodovias e ferrovias, responsáveis por transportar as mercadorias em diversos meios de transporte⁸.

A migração da população, sobretudo os atingidos por períodos de estiagens prolongados em áreas carentes de corpos d'água, historicamente foram ligadas as anomalias climáticas alinhadas à concentração fundiária. A história nos afirma que desde os primórdios, populações desassistidas dessas políticas públicas básicas, migram de regiões que sofrem com escassez hídrica para locais com maior abundância, que “oferecem” melhores condições de sedentarismo. O Oeste baiano enquanto área de transição para o semiárido brasileiro, ao longo do tempo foi receptor desses povos, contudo, em contextos históricos diferentes. Por oferecer no passado, condições de vivência mais adequadas, sobretudo pela abundância em água e terra, enquanto cruciais condicionantes para a instalação de posseiros, principalmente nos vales⁹ (figura 1), o que propiciaram vínculos com outros espaços sociais¹⁰.

Refugiados da Guerra de Canudos¹¹, que migraram para algumas porções do Oeste da Bahia, formaram comunidades de posseiros, desenvolvendo práticas comunais peculiares de uso da terra e dos pastos naturais. Classificadas enquanto Quilombolas, Fundo e Fecho de Pasto, Indígenas, etc., que possuem traços culturais singulares de vivência, sobretudo na região dos vales¹² (figura 1).

São comunidades existentes há séculos, como cita o ex. do relato abaixo, praticamente desvinculadas de políticas públicas basilares para autossuficiência (serviços de educação, saúde, moradia, energia, água, renda, etc.). Contudo, resistentes à barbárie instalada nas últimas quatro décadas em função do avanço do agronegócio, preservando seus costumes seculares.

⁸ Os rios são as principais vias de ocupação da região, tanto no que diz respeito ao povoamento primeiro, quanto os mais atuais. O desenvolvimento, seja ele rudimentar ou arrasador, sempre acompanhou os corpos d'água. Sendo um dos “fios condutores” para se estudar a dinâmica territorial da tríade terra-água-trabalho. Entendendo que o usufruto da água, é inerente a terra enquanto propriedade e base para as relações da vida, e o trabalho como força maior desse devir. O gozo da propriedade, tanto como mercadoria como bem comum, alicerça essa lógica, pois, sem água e sem terra ninguém se estabelece independente de suas intenções.

⁹ Partindo de uma concepção genérica, o homem busca se adaptar a lugares que melhor apresentam condições para sua vivência. Em tempos pretéritos, áreas mais ricas em biodiversidade foram mais habitáveis que outras, caracterizadas por intempéries mais rigorosas, como regiões polares e desérticas. Em tempos do capital, essa lógica é rompida por seu sentido “(des)territorializante”, em que se busca controlar os territórios que melhor atendem os seus anseios. No caso do campo brasileiro, locais com abundância de água e alta concentração fundiária, sempre foram essenciais nessa dinâmica.

¹⁰ Mesmo com as “terras demarcadas”, a ocupação do Oeste baiano ocorreu de modo mais rarefeito e após algumas regiões no sertão semiárido da Bahia, ocupadas a partir da demarcação das capitâneas da Bahia de Todos os Santos e Ilhéus.

¹¹ Ocorreu no nordeste da Bahia, entre 1896 e 1897.

¹² Área de transição entre as chapadas e os pediplanos, presentes no Oeste da Bahia.

[...] são comunidades que estão ali desde a guerra de Canudos. Muitos não se consideram quilombolas, mas a semente do povo de Rio Preto veio da guerra de Canudos. Então já é uma forte evidência de que sejam quilombolas. Eles foram fugitivos da guerra. Seu Cantídio, que mora na comunidade Beira D'Água no Rio Preto, participou conosco o ano passado da Romaria da Foz que o Dom Luiz com o Orlando e irmã Conceição e o Adriano Martins fizeram uma caminhada durante um ano da nascente do Rio São Francisco até a Foz. Então o ano passado completou 20 anos, dessa peregrinação que eles fizeram. E a gente viajou para participar da Romaria da Foz lá em Piaçá do Sul, Sergipe/Alagoas na Foz. E seu Cantídio foi e ficou muito emocionado que os descendentes dele que vieram de Canudos, e passaram em Canudos para conhecer as ruínas do que sobrou.

(Osias, Brasília, Abril de 2014)

Mesmo sendo espaços já delimitados pelo Estado, o controle sobre essas terras era insuficiente, tanto pelo mínimo usufruto técnico, quanto pela insipiente densidade populacional de interesse estatal. O que propiciou a formação desses povos com maior naturalidade, em relação a outros lugares de superior intervenção (como porções do litoral e do semiárido baiano), onde os coronéis e o Estado, já reinavam em seus espaços de domínio. Na Bahia, os processos de ocupação via terra após o processo de colonização nacional, ocorreram principalmente na direção do “litoral ao sertão” e por meio do Rio São Francisco. O Oeste da Bahia foi desvinculado de início, só integrando a esses fluxos de modo mais considerável a partir do século XVIII, como já citado (NEVES, 2012).

Como aponta o relato, a intervenção do Estado foi fundamental para uma ocupação mais intensa do Oeste baiano a partir da década de 1970. Processo pensado décadas anteriores, intuídas de apropriar-se do planalto central, tendo como um dos principais feitos à construção de Brasília. Para tanto, em Barreiras foi montado o 4º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC do exército brasileiro, com o programa de construir a Rodovia Federal – Br 242, ligando a capital baiana a Brasília e trechos da Br 020/135 (Brasília – Fortaleza). Essa foi a principal estrutura modal construída até hoje para o transporte das inúmeras toneladas de grãos produzidas décadas depois¹³.

Do ponto de vista político, essa fronteira agrícola se inicia antes do golpe. Com o golpe militar a fronteira agrícola torna-se possível, o desenvolvimento da fronteira agrícola não é interrompido. No momento do golpe em 64, muito já havia se feito em termo de pesquisa, em termo de administração política, em termo de projeto político para a região do Oeste da Bahia e para a região do cerrado brasileiro. O golpe militar, ele

¹³ Contudo, está sendo construída a FIOLE – Ferrovia de Integração Oeste-Leste. No Oeste da Bahia, já se encontra planejado a construção de um sistema multimodal (Ferrovia Fiol; Hidrovias Rio Grande – São Francisco, Rio Corrente – São Francisco, Rio Carinhonha – São Francisco; as Rodovias Br's 020/242 e 135 e as BA's), com intuito de transportar as mercadorias da região, sobretudo para o novo porto baiano, projetado para ser construído no município de Ilhéus.

foi um acontecimento impar no Brasil, não só com a questão de espantar o socialismo, de impedir que o socialismo se implantasse no Brasil, mas também com o objetivo de não impedir que os EUA tivessem livre acesso as terras brasileiras. [...] Ainda na construção de Brasília, com Juscelino Kubitschek, há o convite a pesquisadores Norte Americanos a se instalem em Anápolis (era a única cidade aqui da região que permitiam uma estadia ao “porte” dos Norte-Americanos). Então se instalam em Anápolis e começam a pesquisar todas essas terras do planalto, incluindo também as da Bahia.

(Vilmar, Brasília, Março de 2014)

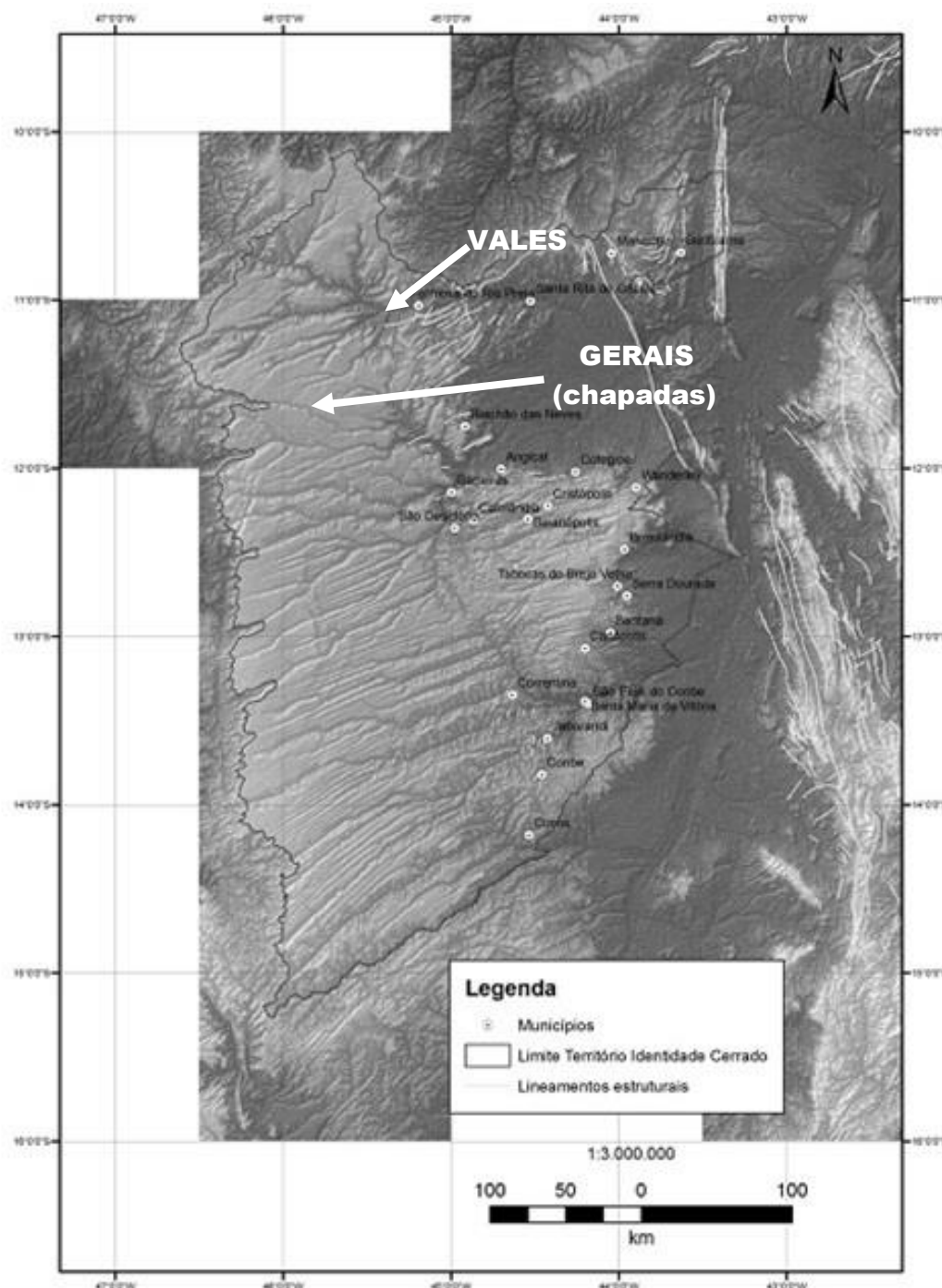


Figura 1 – Ilustração da estrutura geomorfológica dos “gerais” e os “vales” no Oeste baiano

Fonte – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA

A partir da abertura da fronteira agrícola e os intensos fluxos de capitais, pesquisas, programas estatais seletivos de incentivo, ocorrem novas corridas migratórias para o Oeste da Bahia. Os fluxos nacionais foram são derivados de agricultores advindos de algumas regiões do nordeste (principalmente do sul do Piauí e Maranhão e do sertão pernambucano e cearense), centro-oeste (nordeste de Goiás), norte (sudeste do Tocantins), e de toda região sul do Brasil, em distintas condições. Em geral, os sulistas foram privilegiados, incentivados pelo Estado por possuírem um perfil de produtor mais adequado aos seus interesses, pois vinham de regiões com vieses agrícolas similares ao proposto no Oeste da Bahia (cultivadores de soja), em que exerciam essa prática desde a década de 1960. Os demais, em maioria, são trabalhadores sujeitos das mais diversas plasticidades e mobilidades do trabalho (THOMAZ JR, 2013), tanto no campo quanto na cidade, advindos de seus redutos de origem e das mais diversas localidades da região.

A abertura e estruturação da fronteira também impulsionaram fluxos migratórios estaduais internos para o Oeste baiano, sobretudo para os dois maiores centros urbanos (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) e partes da zona rural nos “gerais¹⁴”, enquanto os principais locais que se alocaram os grandes empreendimentos produtores e a diversificada classe trabalhadora. Com destaque para um intenso deslocamento da população originária da região de Irecê, principalmente a partir da década de 1990. Um momento que se iniciou no país uma reestruturação produtiva¹⁵ mais acentuada, após aceitar rigorosamente os preceitos do Consenso de Washington¹⁶ a partir do governo Collor. O que incentivou

¹⁴ Termo utilizado para intitular a região das chapadas no Oeste da Bahia, pouco dinâmica em termos econômicos e populacionais até a abertura da fronteira.

¹⁵ Uma mudança nos modos de regulação e nos paradigmas tecnocientíficos, alterando o “modo de fazer e ver”. Um modo de dizer uma grande mudança na moderna sociedade capitalista, o que altera o seu modo estrutural, seja no plano da ciência, seja no plano da organização do trabalho engendrada dentro e a partir da manufatura, renovado-a como sociedade do trabalho (MOREIRA, 2011).

¹⁶ Foi concebido originalmente por John Williamson (1989), economista do Banco Mundial, que sugeriu um conjunto de proposições que rapidamente se tornou no denominador comum das proposições e aconselhamento político das instituições baseadas em Washington (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI) para os países latino-americanos, e mesmo para outros países em desenvolvimento. Tais proposições objetivam estimular o crescimento econômico através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam à disciplina macroeconômica (entendida como estabilidade de preços), abertura comercial e políticas microeconômicas de mercado. Assim, o chamado “Consenso de Washington” foi a base das reformas liberalizantes que, em maior ou menor grau, foram aplicadas em vários países ditos do “sul”, principalmente na América Latina. Base dos planos de estabilização e ajustamento das economias desses países, em suma maioria endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate a inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. Aqueles países que buscassem recuperar uma maior participação nas atividades econômicas, nos processos de planejamento econômico, acabariam sofrendo “sanções” do próprio sistema neoliberal, assim surgindo a ideia de “ou se está dentro do carrossel neoliberal ou se está isolado no mundo”. (SICSÚ, PAULA & MICHEL, 2007; RIENTE, 2010; OLIVEIRA, 2012).

dentre outras prerrogativas, uma maior abertura de capital externo, em que o setor do agronegócio foi um dos destaques.

Nesse momento a região de Irecê vivenciava uma forte recessão da produção agrícola, principalmente o consórcio de feijão, milho e mamona. Essa aliança de produtos foi incentivada por projetos agrícolas a partir da década de 1970, quando se deu início a abertura da fronteira agrícola na região, escasseada três décadas depois com a “fuga de capitais” pela baixa produção, provocada por irregularidades climáticas, desequilíbrio do ecossistema local com a proliferação de “pragas”, lixiviação dos solos etc., expressada na figura 2 e no relato. Esses diferentes, porém, convergentes processos, culminaram em uma migração vigorosa da população da “Região de Irecê” para o Oeste baiano, que começava a vivenciar momentos áureos da injeção de capital.

Tem muita gente de Irecê por aqui, até o sem terra encheu de Irecê, os assentamentos, os acampamentos, só dar Irecê. [...] o povo de Irecê está botando para lascar, tem em todo canto, e agora até nos perímetros irrigados. Ô Povo trabalhador do inferno esse povo.

(Manoel, Riachão das Neves, Março de 2014)

Mais de 90% das safras de milho e feijão de Irecê já foram perdidas

Com a seca que atinge quase todo o semiárido baiano desde março, 91,8% da safra de milho já foi perdida. A situação do feijão é ainda pior: 92,6% de perdas

Figura 2 – Mais de 90% das safras de milho e feijão de Irecê já foram perdidas

Fonte: Jornal Correio, Salvador, abril de 2012¹⁷

Outra mobilidade de destaque é a instalação de grandes grupos empresariais do agronegócio no Oeste da Bahia, sobretudo a partir dos anos 2000. Alicerçados em uma escolha política ainda no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC e prosseguida pelos governos do Partido dos Trabalhadores - PT, após a crise cambial de 1999 e a tentativa de soerguimento econômico do país. Além da União, o Estado e os Municípios são atrelados a essa lógica econômica, sendo uma das principais bases de utilizadas para a manutenção do equilíbrio da balança comercial, somado ao aparato político montado ao longo do decorrer histórico, em que produtores viraram políticos e/ou políticos viraram produtores.

É um arcabouço produtivo perverso que prioriza o acalento de poucos e o desalento da maioria. Sustentado a partir da primarização¹⁸ da economia com foco na

¹⁷ A reportagem do Jornal Correio de Salvador, expressa o resultado da modelo agrícola utilizado na região de Irecê, após a estagnação da fronteira agrícola.

exportação de commodities primárias¹⁹, enquanto pauta protagonista, em que o Oeste da Bahia como região produtora, principalmente de soja, algodão e milho, reforça o seu papel estratégico, sobretudo por ser propensa a expansão e integração com outras áreas de características similares, como o sul do Piauí e Maranhão e o sudeste do Tocantins. Região que posteriormente foi chamada pelo Estado de MAPITOBA (nome montado a partir das siglas dos quatro Estados produtores e fronteiriços).

PONTO DE PARTIDA

Nosso recorte temporal de análise escolhido foi a partir da década de 1980 aos dias atuais, por ser o decênio de abertura da fronteira agrícola. Contudo não buscamos tratar o tempo enquanto delimitado e estático. O entendemos sempre como volátil e desconstrutivo. Logo, a compreensão de fenômenos ocorridos em anos anteriores para o entendimento do recorte proposto e o delineamento para cenários vindouros no que equivalem algumas temáticas estudadas, é substancial para a leitura da pesquisa diante da proposta de pensamento apresentada.

Enquanto foco central, os processos observados partem da prática de viabilização do projeto de classe burguês, que fazem da submissão, dominação, exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos, junto ao domínio dos recursos naturais, vetores para acumulação de capital. Em uma articulação que o Estado e a burguesia dão identidade ao projeto de dominação de classe. Esse é um aspecto essencial para lermos os conflitos no Oeste da Bahia de forma articulada, nos propondo a discutir o posicionamento da gestão estatal em relação à parcela das questões agrárias, hídricas e trabalhistas (THOMAZ, 2013). Na certeza que por trás das regras do Estado de Direito, há interesses de classe, cujas relações de força condicionam o estabelecimento de regras e seu cumprimento (FLORES, 2013).

Essa lógica parte da concepção que os espaços são interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados, sendo necessário pensar as diferenças por meio da conexão. O resultado é que tanto a “arena” local como as mais amplas se transformam, a local mais que a global (FERGUSON, 1992). Para o entendimento da dinâmica territorial do Oeste baiano, sobretudo após a abertura da fronteira agrícola, é necessário partirmos dessa ligação do global-local arbitrada pelas relações do capital. A partir dessa premissa,

¹⁸ Inversão na prioridade de produtos exportadores, quando um país retorna a privilegiar mercadorias primárias como principais nas exportações.

¹⁹ Produtos homogêneos direcionados para exportação, produzidos e transportados em grandes volumes.

relataremos alguns fatos de abrangência mundial, geridos pelos ditames capitalistas, que repercutiram diretamente na área pesquisada.

Essa região se constitui enquanto área produtora de grãos, paralelamente vinculada a uma nova etapa histórica do modo capitalista de produção, composta de uma dinâmica acumulativa flexível predominantemente financeirizada. Tornando-se parte hegemônica da acumulação capitalista em virtude de contradições do processo de acumulação do valor e da dinâmica na luta de classes. Fortalecendo uma situação de crise estrutural, em que se promoveu um processo radical de reestruturação capitalista que visa restaurar novos patamares de acumulação. Apresentada principalmente na década de 1980, com a construção da política neoliberal (ALVES, 2013).

Essa (des)ordem econômica é gestada principalmente após a 2ª Guerra Mundial, que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais alicerçadas por um conjunto de entidades como a Organização das Nações Unidas – ONU, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BM, etc., realçadas em termos especificamente econômicos (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006). Nesse ponto externo, a relação do Oeste da Bahia enquanto fronteira agrícola se vincula de início, principalmente com dois processos: (1) os ditames da revolução verde²⁰ no campo, baseada em mudanças abruptas das técnicas agrícolas e (2) a década de 1970, com a reestruturação produtiva do capital, depois de uma forte crise em que ocorre a disseminação de ajustes estruturais de programas agrícolas fomentados principalmente por essas entidades.

Nesse período foi vivenciado um quadro de crise estrutural do capital, com a implementação de um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados como o Brasil. Impondo essa reestruturação a partir da privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, flexibilização de leis trabalhistas, que sempre estiveram sintonizadas com as entidades supranacionais (ANTUNES, 2000).

Como expressado pelo relato abaixo, as “propostas” de regulação e seguimentos de regras, com a contrapartida de serem cumpridas, acordadas por vínculos políticos e/ou

²⁰ Reformulação e disseminação de práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção. O modelo se baseia na utilização de sementes, insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, mecanização, baseados no aumento da produção e diminuição do custo em um mesmo patamar de gerenciamento. Paralelo a essa promoção, há o desequilíbrio ecossistêmico em massa nos mais variados biomas do globo, em uma cadeia sistêmica sem controle, atingindo diretamente homem e a natureza.

imposições financeiras, foram processos intervenientes diretamente no Oeste da Bahia. Como as eleições de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher no Reino Unido, os golpes militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, inclusive no Brasil, o governo e a pessoa de Antônio Carlos Magalhães – ACM enquanto governador biônico da Bahia nesse período e a sua relação direta com os políticos-coronéis regionais. Condições que provocaram uma desmontagem e descumprimento dos direitos sociais dos trabalhadores e uma superexploração da natureza, pela necessidade de se recompor o viés de crescimento econômico, como é de praxe em tempos de superação das crises.

Como parte desse processo, a gente precisa inclusive citar alguns nomes. Os governos militares, os caciques, foi desde Costa e Silva, Castelo Branco, Garrastazu Médici e Figueiredo. Todos eles apoiaram esse projeto e governaram para que esse projeto da fronteira agrícola que produz milhões de grãos, viesse acontecer. [...] o Antônio Carlos Magalhães foi um político chave nesse processo, junto com todos os governos militares. Quando é final da década de 70, as terras então já eram conhecidas, a estrutura mecânica, a estrutura física, a estrutura biológica, química das terras eram conhecidas. Depois dos militares, ACM continuou com o poder e ditando a dinâmica da fronteira, porque tinha conseguido arrebanhar um patrimônio absurdo, eu diria imensurável mesmo, sem medida, que ACM acumulou ao governar o Estado da Bahia de forma ditatorial, durante quase meio século.

(Josefa, Correntina, julho de 2014)

Contudo, a agricultura possuía um caráter além do agrário exportador, foi uma modernização encaixada nas estratégias urbanas de industrialização, planejadas de início pelos governos militares. Estimulando a adoção de pacotes tecnológicos da revolução verde enquanto sinônimo de modernidade, incentivando-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, sendo o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR um dos protagonistas para expansão dessa dinâmica (DELGADO, 2012).

Um desenvolvimento conservador, sustentado em receitas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, com o incentivo da industrialização para substituição das importações por meio de um intervencionismo estatal (GONÇALVES, 2012). Essa integração da agricultura com a indústria no Brasil liga as oligarquias rurais latifundiárias ao capital agrário, industrial, comercial, etc. Unindo a burguesia e seus interesses, pois, os detentores de capital, também passam a controlar a grande propriedade fundiária²¹ por diversos processos, contudo, objetivados em reproduzi-los e expandi-los.

²¹ No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. É por isso que se deve insistir na tese de que a concentração fundiária no Brasil, tem características sem igual na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade se encontrou propriedades privadas com a extensão que se encontra no Brasil. E o Oeste da Bahia reproduz esse processo (OLIVEIRA, 2007).

No Oeste da Bahia, essa aliança entre os grandes proprietários de terra enquanto integrantes dos poderes políticos locais, o capital nacional e internacional, se remodelou ao longo das três décadas e meia de abertura da fronteira agrícola²². Porém, “mudaram-se os cachorros e as coleiras ficaram as mesmas”, em um nítido pacto/interesse de classes vinculado a essa estrutura “moderna” e arrasadora. Um complexo desigual, construtor de ramificações em diferentes níveis de escalas, onde o sistema financeiro global é um dos principais agentes desse arcabouço. Em que o domínio da propriedade, junto ao trabalhador e os corpos d’água, sempre se apresentaram em latência e de modo integrado. Como expressam os relatos respectivamente.

Rapaz, deixa eu vê se eu conheço algum político aqui no oeste que não é fazendeiro... eu acho que não tem não, os que tem por aqui tudo é fazendeiro. Tudo é fazendeiro pesado, e veio de filho de fazendeiro. [...] a maioria é assim ou viraram político depois da agricultura, como tem alguns gaúchos, paranaenses ai.

(Maria, Santa Rita de Cássia, Março de 2014)

[...] o fazendeiro só quer onde tem água, o fazendeiro quer o sequeiro para quê? Quer nada, só quer onde tem água também. A água é perseguida pelos fazendeiros, ele só quer onde tem água e a água também é quem vai sustentar ele. É o gado, a irrigação, o fazendeiro corre atrás de água.

(Socorro, LEM, Março de 2014)

Chega muita gente de Irecê aqui. Qualquer frustração de safra lá eles vêm pra cá, e essa mão de obra é boa, já ta acostumada com a lavoura. Agora no período de entressafra, dispensam muita gente, a empresa não contrata, a maioria fica ai passando necessidade.

(Gaúcho Carlos Amélio, Barreiras, 1991. Haesbaert (1995)).

Essa estrutura social agrária, conquanto reproduza o excedente econômico que dele se demanda, conserva a degradação nas relações sociais no âmbito do controle da grande propriedade fundiária, conseqüentemente os recursos naturais (a água enquanto protagonista e estratégica), e o trabalho. Pois busca expandir o lucro por diversos mecanismos financeiros, como a utilização da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, para assim agilizar o ciclo produtivo. A partir disso se tem uma maior concretude na configuração dos grandes empreendimentos capitalistas no setor rural, seja

²² Destacam-se as famílias do ex. prefeito de Barreiras Antônio Henrique, com três mandatos, elegendo o filho Antônio Henrique Jr. a Deputado Estadual em 2014; o casal Jusmary, ex. prefeita de Barreiras, ex. Deputada Estadual e Federal e Oziel Oliveira, ex. Deputado Federal e atual prefeito de LEM em sua segunda gestão; Humberto Santa Cruz, ex. prefeito de LEM que exerceu dois mandatos; a família Barbosa, atuantes principalmente em São Desidério, na Assembleia Legislativa e agora comandantes da prefeitura de Barreiras; o vice governador João Leão e o seu filho Deputado Federal Cacá Leão, o falecido Deputado Federal Marlon Rocha, dentre outros. Com exceção do falecido, todos transitaram entre as duas principais correntes políticas que governaram a Bahia, lideradas pelo Democratas - DEM (base do antigo Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Partido da Frente Liberal - PFL) e após 2006, o Partido dos Trabalhadores - PT.

nas relações técnicas ou sociais²³ e conseqüentemente a maior intensificação da degradação do trabalho (DELGADO, 2012; ANTUNES, 1999).

Essa tendência se confirma no Oeste da Bahia quando analisamos dados do IBGE e os principais programas para instalação e expansão da fronteira agrícola. O que expressa uma constância exponencial positiva da alta concentração fundiária, realçada pelo histórico do índice de GINI, sobretudo nos nove municípios com maior área plantada, principalmente de soja, algodão e milho, sendo esses produtos as três principais commodities cultivadas (tabela 1, gráfico 1, figura 1). Além de ser um esboço essencial para o modelo do agronegócio, esse arcabouço propiciou a implementação de diversos programas de planejamento estatal (tabela 5) para a expansão/consolidação da fronteira. E conseqüentemente o crescimento da circulação de capital, também variável pela inerência a lógica monetária global de crescimento positivo.

O crescimento no número de tratores no Oeste da Bahia, sobretudo nos nove municípios produtores, responsáveis por 86,17% dessa parcela de capital fixo (tabela 2), é uma das expressões dessa conexão entre os capitais, seja bancário, industrial, agrário, comercial etc., apresentado no relato. Fruto, sobretudo do incentivo estatal para tal integração. Em que apresenta uma rede de dependência construída, onde esse modelo dirige fluxos comerciais com imposições de padrões que vão de regras técnicas para o plantio, tipo de produto, agrotóxico, fertilizante, preço dos produtos, mercados consumidores, etc. Isso enquanto uma aplicação do controle e do círculo de manutenção e desenvolvimento do capital para a produção, a venda, a circulação e consumo, como mostra o trecho da entrevista abaixo.

Aqui tem mil produtores. Agora, a grande maioria vive trabalhando para esses grandes grupos, a Cargill, a Bunge que faz o óleo de soja. Então o cara planta, a produção não é dele mais, é da Cargill. Quando ele colher já tá tudo comprometido, se não colher, se houver algum problema desses vários aqui, ele tá lascado, vai ficar na mão da multinacional.

(Astrogildo, São Desidério, Março de 2014)

²³ Estas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de alguns grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamento bancário, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, o Brasil tem uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis (Oliveira, 2007).

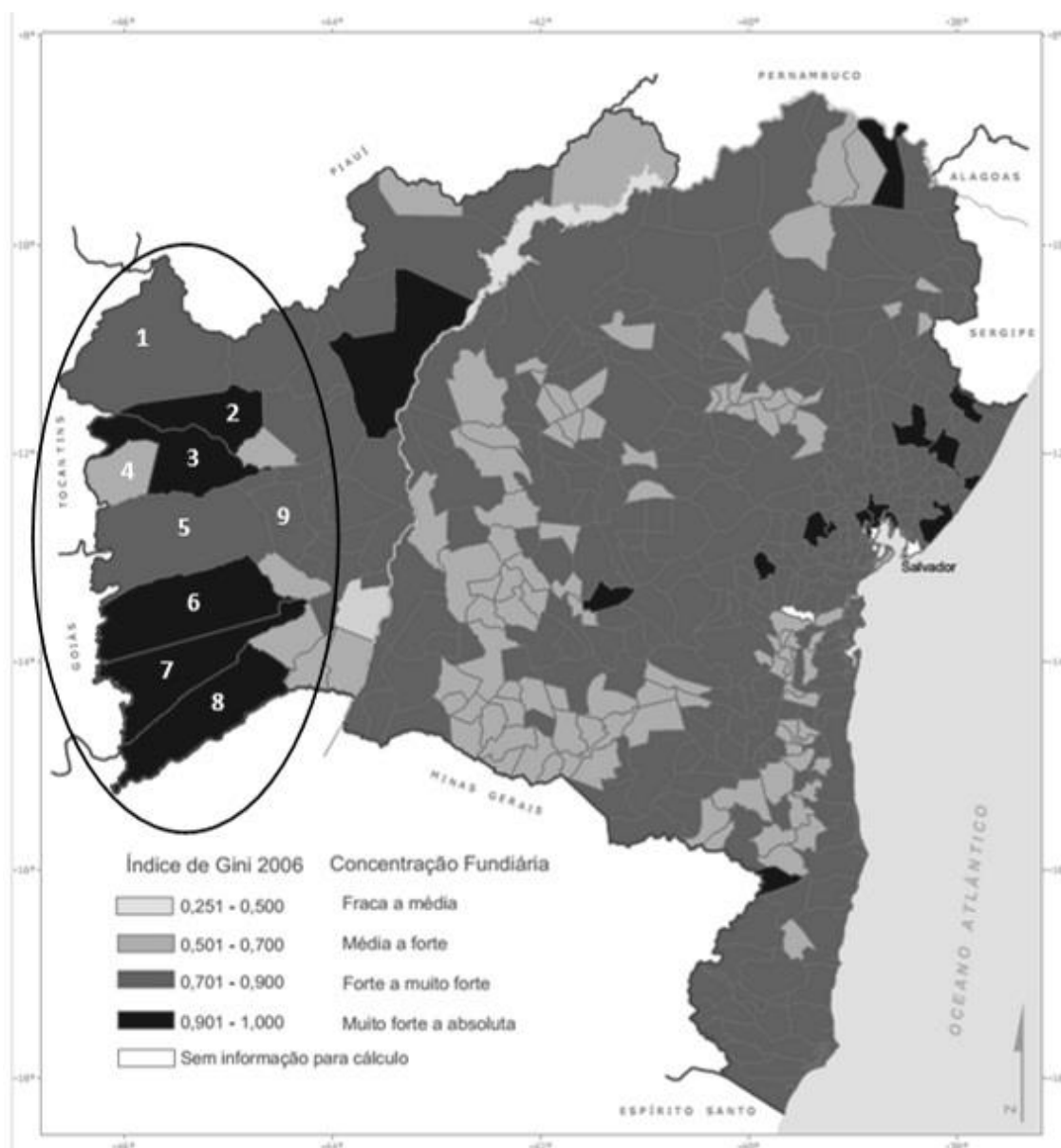


Figura 3 – Índice de Gini no Estado da Bahia em 2006, com Destaque para os Nove Municípios de Maior Produção

Fonte – Geografar 2012

*1- FRP – Formosa do Rio Preto, 2- RNV – Riachão das Neves, 3- BAR - Barreiras, 4- LEM – Luis Eduardo Magalhães, 5- SDE – São Desidério, 6- COR – Correntina, 7- JAB – Jaborandi, 8- COC - Cocos, 9- BAI – Baianópolis

Tabela 1 - Evolução Histórica do Índice de Gini na Bahia, com Destaque aos Municípios com Maior Concentração da Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1920-2006)

Local	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Bahia	0,734	0,784	0,794	0,779	0,795	0,805	0,821	0,835	0,829	0,838
Angical	0,960	0,494	0,699	0,707	0,749	0,824	0,894	0,909	0,607	0,653
Baianópolis					0,687	0,832	0,878	0,848	0,924	0,896
Barreiras	0,958	0,664	0,739	0,787	0,847	0,872	0,946	0,907	0,831	0,902
Canápolis					0,510	0,614	0,618	0,633	0,662	0,796
Catolândia					0,696	0,832	0,839	0,812	0,804	0,759
Cocos				0,690	0,623	0,703	0,825	0,840	0,814	0,906
Coribe				0,819	0,745	0,728	0,784	0,762	0,676	0,695

Correntina	0,973	0,404	0,726	0,598	0,590	0,608	0,794	0,915	0,935	0,934
Cotegipe	0,976	0,697	0,898	0,834	0,729	0,822	0,853	0,855	0,875	0,837
Cristópolis					0,711	0,795	0,806	0,812	0,837	0,879
Formosa do Rio Preto					0,809	0,858	0,870	0,953	0,910	0,882
Jaborandi									0,928	0,904
LEM										0,700
Mansidão									0,880	0,819
Riachão das Neves					0,854	0,900	0,933	0,911	0,894	0,909
Santa M ^a da Vitória	0,901	0,644	0,498	0,522	0,741	0,743	0,742	0,798	0,745	0,721
Santana	0,941	0,539	0,575	0,694	0,754	0,811	0,847	0,849	0,823	0,836
Santa Rita de Cássia	0,906	0,905	0,846	0,852	0,886	0,878	0,846	0,807	0,834	0,766
São Desidério					0,889	0,955	0,965	0,962	0,915	0,891
São Felix do Coribe									0,805	0,766
Serra Dourada					0,605	0,742	0,793	0,840	0,800	0,809
Tabocas do Brejo Velho					0,612	0,684	0,804	0,788	0,797	0,863
Wanderley									0,833	0,868
Média dos Municípios	0,945	0,621	0,711	0,722	0,724	0,788	0,835	0,844	0,824	0,825

Fonte: IBGE

Tabela 2 – Número Absoluto e Proporcional de Tratores na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e nos Nove Municípios mais Produtores

Local	EOB	BAI	BAR	COC	COR	FRP	JAB	LEM	RNV	SDE	TOTAL
Nº de Tratores	6320	154	748	145	560	953	341	771	325	1452	5449
% na MR	100%	2,43	11,83	2,29	8,86	15,07	5,39	12,19	5,14	22,97	86,17

Fonte – Censo Agropecuário IBGE 2006

*EOB – Extremo Oeste da Bahia, BAI – Baianópolis, BAR – Barreiras, COC – Cocos, COR – Correntina, FRP – Formosa do Rio Preto, JAB – Jaborandi, LEM – Luis Eduardo Magalhães, RNV – Riachão das Neves, SDE – São Desidério, MR – Mesorregião.

Um progresso avassalador, que impõe a maioria da população enquanto excluída e invisível, sujeita a flexibilizações trabalhistas, taxa de câmbio, inflação, preço das mercadorias, juros, etc., a um movimento (des)territorializante apresentado nos dados da tabela 3, que vai muito mais além da diminuição dos postos de emprego com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto a partir da década de 1970, e sobretudo após 1990 no Brasil. São percas de vínculos em suas terras de origem, trabalho precário, sequelas psíquicas/físicas/morais. Em suma, são trabalhadores expropriados, espoliados, sujeitos a degradação de suas vidas, incumbidos “na luta da para sobreviver”.

Tabela 3 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na Bahia e Número de Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários

Ano	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Nº de Tratores	1838	4342	13349	15953	25443	27587
Nº de Pessoas Ocupadas	2.125.809	2.518.925	2.662.835	3.202.485	2.508.590	2.326.437

Fonte – IBGE

O avanço da fronteira, junto ao crescimento do PIB dos municípios e da área produtora, é espelho de uma economia capitalista que se guia por um circuito monetário de produção, financiada substancialmente pela extração do trabalho não pago. Tendenciada a crescer com o incentivo estatal, relacionada diretamente com os bancos e grandes empresários atuantes. Um modelo agrícola dependente diretamente do SNCR, atrelada a forças econômicas e políticas nos mais diversos setores e atividades afins. Sendo por essa política bancária regulada pelo Estado que se realiza uma forma das expectativas de produção sobre a demanda de consumo, tanto interno quanto externo, contudo, condicionadas pelas regras monetárias globais. Como expressado na reportagem de capa do Jornal Nova Fronteira de Barreiras em abril de 2014, ao anunciar a Bahia Farm Show, considerada a maior feira do agronegócio do Norte e Nordeste realizada em LEM.

**Figura 4** – Agentes Financeiros Oferecerão Facilidade para a Realização de Negociações na Bahia Farm Show

Fonte: Jornal Nova Fronteira

Com previsão de atingir a marca recorde de 1 bilhão R\$ em negócios fechados, aumentando em quase 50% o volume consolidado em 2013, a Bahia Farm Show 2014, maior feira de tecnologia agrícola e negócios do Norte/Nordeste, contará nesta edição com seis instituições financeiras oferecendo linhas de crédito e taxas de juros diferenciadas. Com destaque para a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, BNDES, Bradesco e o Desembahia.

(Jornal, Nova Fronteira. Barreiras, abril de 2014)

Uma reprodução apresentada de maneira macro nos dados, contudo, que interage diretamente no cotidiano da população vigente, sendo o agronegócio enquanto representante do capital e do Estado, o setor chave de intervenção econômica. Em uma

variação de cotações que permiti ao mesmo tempo o avanço da (re)produção das plantações, sobretudo as três principais commodities soja, milho e algodão (tabela 4) e também na destruição da fauna e flora do cerrado, com a espoliação de populações alocadas, mas também por contribuir no desterroamento de vidas que essa relação provoca “dentro e fora” do território analisado.

Tabela 4 – Cotação Média da Soja, Milho e Algodão na Bahia em R\$ (2005 – 2015)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Soja 60 kg	26,61	22,16	30,68	41,09	40,62	34,15	39,91	56,74	56,50	55,96	58,16
Milho 60 Kg	18,13	21,03	23,35	27,88	21,79	21,85	29,88	29,85	32,26	27,94	30,35
Algodão em pluma 15 Kg	36,74	40,82	38,88	40,10	37,60	57,67	82,04	52,30	64,25	61,11	36,74

Fonte – AGROLINK (2015)

As mediações estatais seguidora das regras do capital são realizadas de acordo com as demandas do mercado e não pelos anseios da reprodução de vida da maioria populacional. A produção da Soja, do Algodão e do Milho no Oeste da Bahia, representa explicitamente isso, quando somente as três culturas representam 93,55% do total da área plantada em toda mesorregião do Oeste baiano. Enquanto atende mercados consumidores externos e internos, pervertem relações, alicerçados por um cenário contraditório de miséria, apresentada claramente no campo e nas cidades, como exposto na reportagem de abril de 2012, do Jornal São Francisco em Barreiras, tratando da desnutrição dos pacientes no principal Hospital do Oeste da Bahia - HO.

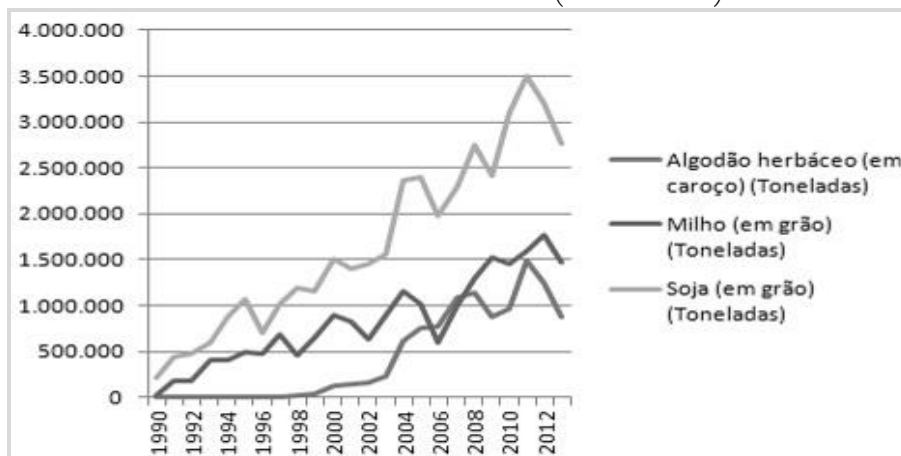
A relação de valorização de cotação das commodities é diretamente ligada ao avanço da fronteira, sobretudo em municípios que ainda possuem áreas aptas para o avanço do plantio no entender dos indivíduos do agronegócio. Presentes sumariamente nas chapadas, pela seguridade de regulação pluviométrica para a prática da agricultura de sequeiro, relevo plano e omissão do Estado frente à fiscalização e autuação daqueles que impõe o trabalho precário e grilagem de terras.

O resultado dos gráficos (1, 2 e 3) nos apresenta a relação direta da produção com a injeção de capital. Onde, ao mesmo tempo em que o Estado incentiva o crescimento econômico instantâneo, garantindo o *status quo* de “meia dúzia”, denigre a espécie humana e a natureza. Visto que o desmatamento, intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos, mortandade de rios, trabalhadores escravizados etc., são construções existentes desse posicionamento.

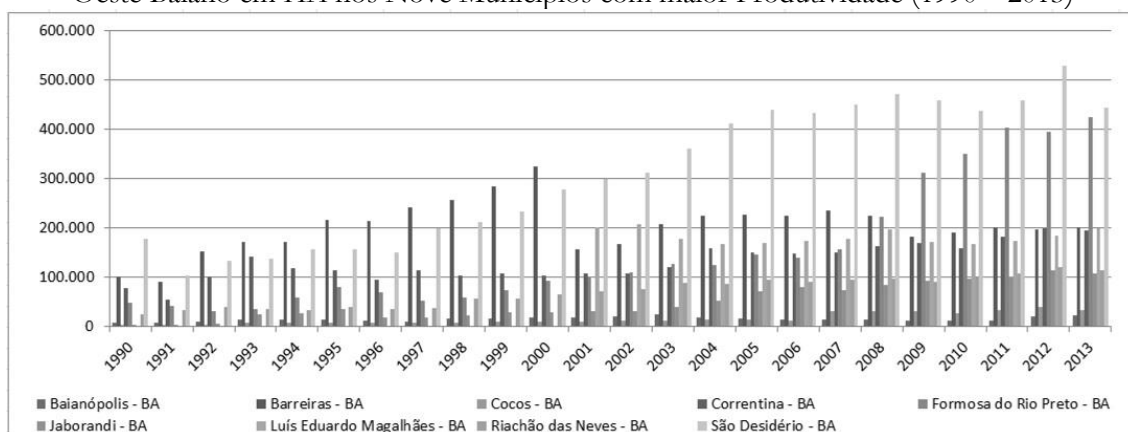


Figura 5 - Um Oeste de Desnutridos?
 Fonte – Jornal São Francisco. Barreiras, abril de 2014

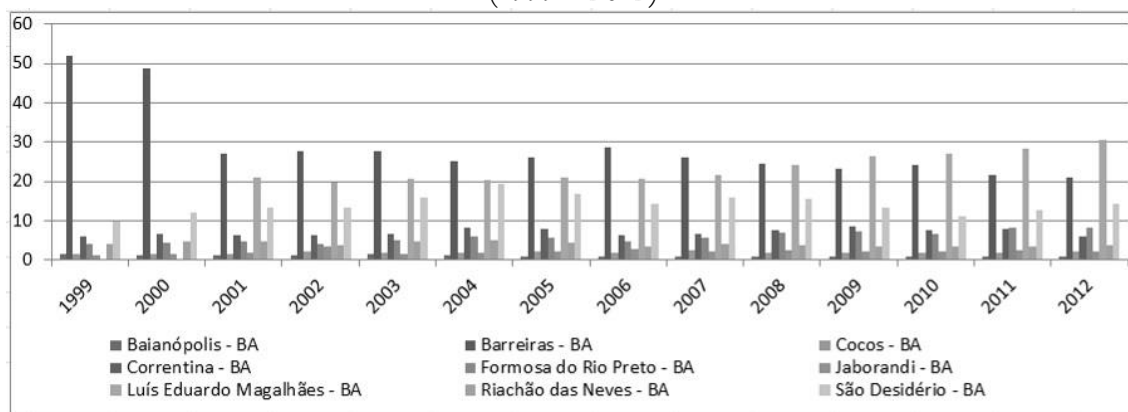
Gráfico 1 – Quantidade Produzida de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em Toneladas (1990 – 2013)



Fonte - IBGE

Gráfico 2 – Evolução da Área Plantada de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em HA nos Nove Municípios com maior Produtividade (1990 – 2013)

Fonte – IBGE

Gráfico 3 - Participação do Produto Interno Bruto em % por município no Oeste Baiano (1999 – 2012)

Fonte – IBGE

Essa posição do Estado brasileiro, refletido diretamente no Oeste da Bahia como é mostrado pelas informações expostas, é apresentada em um estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, de 2011 apontada no relato do Jornal O Expresso de LEM. Quando se comenta que os cinco maiores municípios produtores do Oeste baiano, são os que mais se destacam na contribuição do PIB estadual no setor agropecuário. Isso conjuntamente como rios mortos, trabalho escravo, forte concentração fundiária, indícios de grilagem, trabalhador intoxicado, espoliação/expropriação de trabalhadores, etc. O que nos reforça a certeza que no mundo do capital, a sua progressão é inerente à degradação do ser humano e da natureza.

Praticamente todos os municípios da região Oeste ganharam posições no PIB e aumentaram sua participação na economia baiana. [...] O setor Agropecuário tem na região Oeste os seus representantes de maior expressão. Os cinco principais municípios agrícolas do Estado estão

situados nessa região. [...] Dentre os municípios, São Desidério é o principal representante. Em 2011 manteve a primeira posição no ranking estadual da agropecuária, com participação de 8,0%; além disso, em termos nacionais, o município é o que possui o primeiro maior valor adicionado na agricultura. Em seguida estão os municípios de Formosa do Rio Preto com 4,5%, Barreiras com 3,9%, Luís Eduardo Magalhães com 3% e por fim o município de Correntina com 2,6% de participação de valor adicionado da agropecuária do Estado.

(Jornal o Expresso, LEM, Dezembro de 2013)

A evolução da área plantada é inerente ao progresso do PIB nos municípios produtores como mostra os gráficos 2 e 3, em uma progressão positiva e desconcentrada. Ao passo que a fronteira agrícola vai se consolidando nos primeiros municípios da abertura, como Barreiras/LEM²⁴, Riachão das Neves e Correntina, e a dispersão para outros territórios, sobretudo para o município de Formosa do Rio Preto. Jaborandi e Cocos se apresentam enquanto municípios estratégicos, com pouco avanço da fronteira agrícola, contudo, com condições naturais e políticas, similares aos dos outros municípios em que as atividades agrícolas já estão consolidadas.

O avanço da área plantada, a quantidade produzida, o aumento do capital fixo e circulante, a concentração fundiária e a ligação com as regras monetárias do capital a nível global, são quesitos basilares para a expansão do agronegócio na região, conjunta a degradação da pessoa humana e a exploração incisiva da natureza. São condições para um cenário conflitante, pela transformação de ideários de vida humana comungada com a natureza, em um palco de barbárie, provocado por ditames expansivos do capital, que resultam em expropriar, espoliar, povos que estão alocados frente as suas áreas de interesse.

REFORMULAÇÕES DO MODELO AGROPECUÁRIO

É importante frisarmos as mudanças em relação ao papel do Estado a partir do período neoliberal, para compreendermos o processo de construção da questão agrária no Oeste da Bahia. Quando questões antes geridas, ou mesmo mediadas pelo Estado, passaram a ser arbitradas pelas próprias empresas. Acompanhada do afrouxamento fiscal, aumento dos lucros, com uma autonomia empresarial nunca antes alcançada, sobretudo em comandar os circuitos financeiros decisivos nas definições dos arranjos políticos multiescalares. O que vem resultando em crises econômicas sistêmicas sequenciais, tendo

²⁴ A regressão do PIB de Barreiras ocorre com a emancipação política de LEM, antigo povoado do município intitulado antigamente de Mimoso do Oeste. Que posteriormente se tornou o segundo maior município em população (76.429 Hab.), e de maior PIB *per capita* do Oeste da Bahia (R\$ 43 824,56) (IBGE, 2014).

seus estopins no Brasil em 1982, 1999 e 2013. Em um modelo de Estado que delega poderes e se institui de maneira ausente e excludente suas esferas básicas de gestão (HAESBAERT & PORTO GONÇALVEZ, 2006).

Do mesmo modo, o Estado reluta nos reconhecimentos individuais das imposições políticas adotadas, sempre de interesse da minoria. Um reconhecimento que não condiz com uma apreensão realista calcada na história dos sujeitos presentes e suas classes, muito menos no reconhecimento dos parâmetros coletivos de suas ações, historicamente construídos, o que disseca e completa a eliminação cética do “sujeito histórico”. (MÉSZÁROS, 2007). Esse modelo de Estado, reformulado ao autoritarismo no Brasil na segunda metade do século XXI, adapta essa estrutura de acordo com os momentos econômicos vivenciados, sempre calcados em atender a lógica monetária, onde a agropecuária foi um setor estratégico, sobretudo em momentos de superação das crises, como em 1982 e 1999.

Um arquétipo que possuía como essência inicial, a transferência de parte da poupança financeira pública para a aplicação do crédito rural. Que se aperfeiçoa, seguindo o devir da aglomeração de capitais com a agropecuária, formulando novas estruturas financeiras. Dentre as principais: nova importância que assumem as fontes de autofinanciamento na produção rural; uma seleção na clientela, ligada a emergência de empresários rurais voltados para atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços etc.; integração direta dos grandes bancos e grupos econômicos, expandindo o negócio bancário além do crédito; novas formas de captação financeira, não só bancária; mudança no padrão de financiamento de acordo com cenário econômico etc.. Uma configuração fundamentada em sumariamente em centralizar e mobilizar capitais (DELGADO, 2012).

Todos os programas intervenientes no Oeste da Bahia para expandir a fronteira agrícola possuiu esse viés²⁵ (tabela 5). As terras com fins especulativos e/ou produtivos, alicerçadas aos migrantes sulistas, empresários e os latifundiários regionais, os equipamentos utilizados, os empreendimentos construídos, a estrutura modal, de bens e serviços, autarquias estatais, etc., sem exceção, foram alicerçadas para esse trunfo²⁶. Um cenário de mobilidade econômica, diante dos capitais fixos e circulantes montados,

²⁵ Esses programas se basearam no investimento também de tecnologias que deram impulsos às pesquisas realizadas em agências fomentadoras dessa atividade, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Fundação Bahia, EBDA (SOUSA SOBRINHO, 2012).

²⁶ Diversas foram às políticas internas oficiais implementadas para ocupar o cerrado, incluindo o baiano, como uma imensa fronteira agrícola, a começar pelo “I Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND), desenvolvido entre 1972 e 1974 e consolidado após a segunda metade desta mesma década, por meio do II PND (PEREIRA, 2010).

vinculados diretamente ao controle hídrico, fundiário e trabalhista, todavia, de uma estratosférica invisibilidade social dos povos ali presentes centenariamente. Uma conjuntura que propiciou nas últimas quatro décadas diversos episódios de espoliação desses sujeitos.

A intensificação desses fenômenos tiveram variações alinhadas a diferentes situações políticas e econômicas dos governos. Contudo, o laço de articulação entre os capitais, a agricultura, a alta concentração fundiária, os recursos hídricos, a degradação do trabalho e da natureza, não somente continuaram, mas expandiram-se aperfeiçoados pelos sistemas agregados das agroindústrias, irrigação, plataformas para exportação, multinacionais, integrados em um pacto/interesse de classes a cada momento mais organizado com diferentes tipos de gestão pró-agronegócio.

Tabela 5 - Programas de incentivo para a formação/expansão da fronteira agrícola no Oeste Baiano

Programa de Integração – PIN – 1970
Programa de Assistência Financeira à Agroindústria e à Indústria de Insumos, Máquinas, Tratores e Implementos Agrícolas (Proterra/Pafai) – 1971
Programa de Desenvolvimento da Agroindústria no Nordeste (PDAN), criada pelo Banco do Nordeste do Brasil e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – 1974
Programa Nacional do Alcool – Pró-Alcool – 1975
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer I, II & III – 1978/1987/1995
Programa de Desenvolvimento Agroindustrial (Prodagri) – 1980
Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas – Próvárzeas – 1981
Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação – Profir – 1982
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro – 1985
Programa Nacional de Assistência à Agroindústria (Pronagri) – 1986
Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE – 1988
Novo Modelo de Irrigação – PNMI – 1995

Fonte – Flores (2011); Santos, Vale & Lobão (2011)

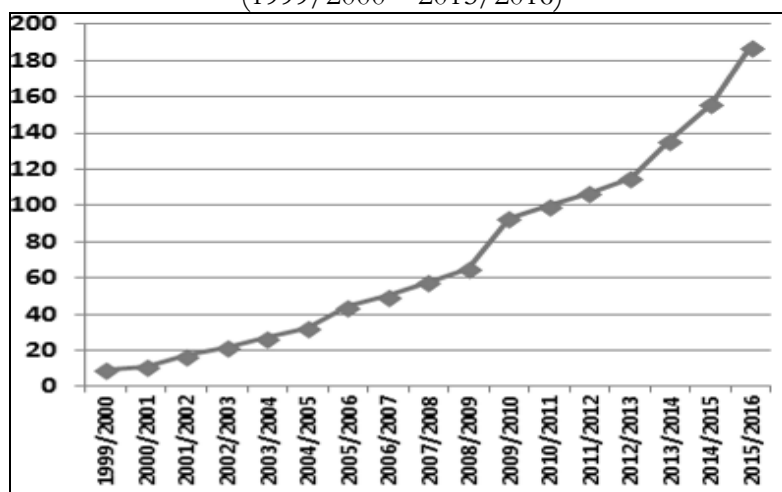
A sobrevivência dessa estrutura no governo FHC (1995-2002 [gráfico 5]) com a baixa no preço das commodities, a não preferência desse setor enquanto protagonista na balança comercial em parte desse período, alinhada a um decréscimo das taxas especulativas das terras²⁷, e o reavivamento após a crise cambial de 199 (agora enquanto protagonista econômico para sair da crise), são fatores que mostram essa aliança de classe.

Uma coalizão de forças fortificada nos governos PTistas (Lula e Dilma – 2003/2015), expressadas sumariamente no aumento de financiamento estatal para o médio e grande produtor como é visto no gráfico 4. Uma ampliação brusca de 1.896,8% no valor destinado aos planos safras do agronegócio entre 1999 a 2016. Um financiamento que

²⁷ Levando em consideração que o preço da terra é inerente à injeção de capital especulativo e/ou produtivo.

impulsiona a expansão da área plantada, e conseqüentemente incentiva conjuntamente a degradação do homem e da natureza, provocando a mobilidade de trabalhadores para essas áreas incrementadas com novos capitais. Normalmente deficientes de fiscalizações vinculadas a órgãos trabalhistas e ambientais, o que vem aumentando a degradação do trabalho e alterando fortemente os sistemas naturais e conseqüentemente, construindo conjunturas de litígios nos mais diferentes panoramas, até mesmo entre setores do próprio agronegócio e do Estado.

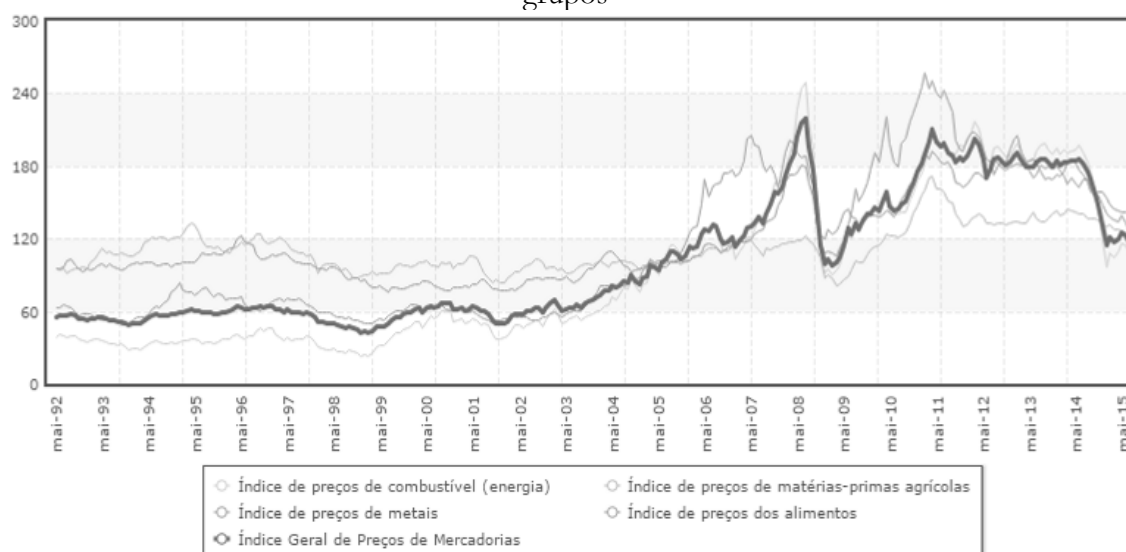
Gráfico 4 – Financiamento Estatal dos Planos Safras Nacionais em Bilhões de R\$ (1999/2000 – 2015/2016)



Fonte – Ministério de Agricultura e Pecuária – MPA

Essa escolha política se dar inicialmente em um cenário internacional de aumento das commodities primárias, em que o Brasil privilegia o minério de ferro, o petróleo bruto, a soja e derivados, o papel e a celulose, o algodão, a carne e a álcool e o açúcar enquanto prioritárias. Contudo, como é perceptível no gráfico 5, esse cenário econômico de comoditização²⁸ provocou ao longo das últimas três décadas, oscilações nos preços, com constâncias de declínios e crescimentos. Ocorridas diante de diferentes fatores externos, rebatidos diretamente no quadro político/econômico e, sobretudo no cotidiano dos sujeitos, principalmente os viventes e/ou retirantes dos polos de desenvolvimento desse setor, como o Oeste da Bahia.

²⁸ Importante frisar que a discussão da prevalência de capital nacional ou internacional no campo brasileiro hoje se apresenta bastante complexa, diante da teia de (re) arranjos econômico-financeiros que esses grupos formularam nas últimas décadas. Melhor sendo entendidas pelo pacto de classes do que mesmo pela separação do que é nacional ou internacional. Pois, nessa reconfiguração cada vez mais fluída do capital, seus caminhos são trilhados de acordo com os interesses particulares do aumento da taxa de lucro, pouco importando em qual território irá atuar.

Gráfico 5 – Comparação entre as taxas de (des)valorização das mercadorias no mundo por grupos

Fonte – INDEXMUNDI

São esses quesitos alinhados as indústrias envolvidas no comércio mundial de commodities, que garantem essa territorialização do capital (OLIVEIRA, 2010) com o controle desses produtos primários comercializados em escala mundial como é mostrado. Em uma expansão da fronteira apresentada conjuntamente com o cultivo principalmente de milho, soja e algodão, pacote tecnológico de insumos, equipamentos, maquinários, etc., assim como uma expressão dos incentivos governamentais para esse movimento do capital²⁹. Já que, mesmo com a diminuição dos preços, há o crescimento desse estímulo, demonstrando a incerteza de mercado que passa o Brasil, já que as nossas principais commodities primárias enquanto alicerce das exportações, vem diminuindo os preços. Contudo, em contraponto, o dólar enquanto moeda utilizada na comercialização das nossas commodities, apresenta-se em alta³⁰, o que ainda garante o superávit desse setor.

²⁹ Os agricultores do Oeste Baiano receberam para safra 2012/2013 cerca de 1,3 bilhão de R\$, segundo o vice-governador João Leão relatou na reportagem ao jornal online Bocão News de Salvador.

³⁰ As exportações médias manufaturadas representavam no período 1995-99 56% da exportação total, sendo os restantes 44% de produtos básicos e semielaborados, intitulados de produtos primários. No período atual, essa relação se inverte a partir de 2008 em meio a crise mundial. Os produtos primários passam a representar 57,1% das exportações, e os manufaturados 42,9%. O ano de 2008 também foi exemplar, ao revelar para o mundo o início da elevação dos preços das commodities, em particular, do aumento dos alimentos básicos da população mundial. A elevação dos preços dos alimentos indicava também, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, o aumento do número de pessoas no mundo que passavam fome. Este número chegou a um bilhão de pessoas (OLIVEIRA, 2012).

POR AQUI ESTACIONAMOS PROVISORIAMENTE

É essa *forma estatal apropriada* segundo Mészáros (2007), que moveu o capital inexoravelmente a globalização desde sua origem. Necessitando demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramento, cumprindo a fazê-lo enquanto o sistema existir. Em passos que se caminha cada vez mais para a integração, recentemente liderada por grandes corporações transnacionais, que agem hoje em diversos setores da economia. Uma lógica centrífuga multiescalar, em que as partes antagônicas se dirigem para lugares diversos. Assim condicionando movimentos (des)territorializantes e construindo novas territorialidades movidas pela essência das luta de classes.

Nesse sentido evolutivo caminha o espaço do Oeste baiano, da dispersão para a integração nacional crescente, desconcentrado, porém, de modo desigual. Se arrumando no retorno do arranjo disperso de antes, agora a serviço de um todo integrado, num movimento vertical-horizontal de centralização-desconcentração. Que abrange relações internas e externas, se aperfeiçoando a cada passo para essa concepção integradora, em um território desigual, que a latência conflituosa é inerente a essa conexão, sobretudo pelas conjunturas sociais construídas (MOREIRA, 2011). Em que se prioriza os investimentos em projetos visando ganhos futuros, de longo prazo, como as rodovias Br 020/135 e 242, a FIOLE que está sendo construída, pesquisas, estrutura estatal, etc., e de curto prazo, como os créditos rurais de capitais, considera a “mola-mestra” da dinâmica expansiva da fronteira.

BIBLIOGRAFIA

AGROLINK. *Cotação Média da Soja, Milho e Algodão na Bahia*. Acesso Online - <http://www.agrolink.com.br/>. 2015.

ALVES, Giovanni. *Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana*. In. Dimensões da Precarização do Trabalho. Bauru – SP, Canal editora. 2013.

ANTUNES, Ricardo. *O Sistema de Metabolismo Social do Capital e Seu Sistema de Mediações*. In. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo-SP, Boitempo. 1999.

_____. *Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal*. In. La Ciudadanía Negada. Políticas de Exclusión em la Educación y el Trabajo. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires – Argentina. 2000.

BERLINGUER, Giovanni. *Globalização e Saúde Global*. Estudos Avançados, Vol. 13. 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do “Capital Financeiro na Agricultura” a Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*. Porto Alegre – RS. Editora da UFRGS, 2012.

GONÇALVES, REINALDO. *Novo desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

FLORES, Pedro Maury. *Análise Multitemporal do Avanço da Fronteira Agrícola no Município de Barreiras – BA (1988 – 2008)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB, Pós-Graduação em Geografia. 99p. 2011.

FLORES, Rafael Kruter. *Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA. Porto Alegre – RS, 2013.

_____. *“Gaúchos” no Nordeste: Modernidade, Des-Territorialização e Identidade*. Tese de doutorado em geografia, Universidade de São Paulo – USP, Departamento de Geografia. 1995.

HAESBAERT, Rogério Costa; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Des-Ordem Mundial*. São Paulo-SP, Editora UNESP, Série Paradidáticos. 160p, 2006.

INDEXMUNDI-commodities. *Comparação entre as taxas de (des)valorização das mercadorias no mundo por grupos*. Acesso - <http://www.indexmundi.com/commodities/>. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estimativa populacional 2014*. 2015.

_____. *Evolução da Área Plantada de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em HA nos Nove Municípios com maior Produtividade (1990 – 2013)*. 2015.

_____. *Histórico do Índice de Gini por Município e Censo Agropecuário*. 2015.

_____. *Participação do Produto Interno Bruto em % na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1999 – 2012)*. 2014.

_____. *Quantidade Produzida de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em Toneladas (1990 – 2013)*. 2015.

JORNAL CORREIO SALVADOR. *Mais de 90% das safras de milho e feijão de Irecê já foram perdidas*. Salvador, abril de 2012.

JORNAL NOVA FRONTEIRA. *Agentes Financeiros Oferecerão Facilidade para a Realização de Negociações na Bahia Farm Show*. Ano XXII, N° 453. Barreiras – BA, 15 de abril de 2014.

JORNAL SÃO FRANCISCO. *Desnutrição: 60% dos atendidos no HO sofrem da doença*. Barreiras – BA, abril de 2014.

LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 1969.

MÉSZÁROS, István. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo – SP. Boitempo, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. *Financiamento Estatal dos Planos Safras Nacionais em Bilhões (1999/2000 – 2015/2016)*. 2015.

MOREIRA, Emília R. *et al. A questão agrária brasileira no século XXI: dinâmicas e conflitos territoriais*. João Pessoa: Departamento de Geociências - DGEOC/Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Projeto de Pesquisa, 2011.

MOREIRA, Ruy. *Do Espaço da Mais Valia Absoluta ao Espaço da Mais Valia Relativa: Os Ordenamentos da Geografia Operária no Brasil*. Terra Livre, São Paulo – SP. Ano 27, Vol. 1, n° 36. P. 45-68. 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Propriedade, Posse e Exploração da Terra: Domínio Fundiário na Região Oeste da Bahia, Século XIX*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Edidutora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. XII colóquio internacional de geocrítica. 2012.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. Slides da IX Semana de Geografia da UNESP, Campus experimental de Ourinhos – SP. O espaço brasileiro contemporâneo: leitura sobre campo, cidade e região. 2013.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da geografia que se ensina a gênese da geografia*. 3ª edição – Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

PITTA, Inez. *História de Barreiras (em fascículos)*. Barreiras – BA, 1992.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. *A Formação Histórica da Região do Distrito Federal e Entorno: Dos Municípios-Gênese à Presente Configuração Territorial*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB, Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG. Brasília – DF. 2007.

SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos Santos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do & LOBÃO, Jocimara Souza Britto. *Modernização da Agricultura e Ocupação de Cerrados no Oeste Baiano*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do

Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

SICSÚ, JOÃO; PAULA, LUIZ FERNANDO DE & MICHEL, RENAUT. *Por que novo-desenvolvimentismo?* Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica.* In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença.* Campinas: Papius, 2000. p. 132 – 175.

SOUSA SOBRINHO, José de. *O Camponês Geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra.* Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 436p. 2012.

RIENTE, Rodrigo Trindade. *Capital Produtivo, Capital Financeiro, Transnacionais e Câmbio.* Blog Cenário Internacional - <http://cenario-internacional.blogspot.com.br/2006/12/artigo-capital-produtivo-capital.html>. 2006.

_____. *Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora.* Revista Pegada – vol. 14 n.2, dezembro, 2013.

Recebido em: 10 de setembro de 2016

Aceito em: 16 de dezembro de 2016